CONEXÃO PROFESSOR
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Inês Rocha de Sá
Programa de Pós Graduação em educação – PROPED
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Resumo

Este artigo trata da presença das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na formação dos professores brasileiros, sobretudo àquelas presentes nas políticas educacionais da atualidade, como as apresentadas pelo governo estadual. De forma particular, as vinculadas ao Proinfo Integrado - Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional, proposta pelo governo federal. Adoto como base três caminhos: (1) o conceito de recontextualização das TIC na educação, com base em Norman Fairclough, (2) as abordagens apresentadas por Raquel Barreto, em especial, dois movimentos, o de expansão e o de redução das TIC; e (3) o programa *Conexão Professor* do governo estadual do Rio de Janeiro, como exemplo das TIC inseridas na política educacional para a formação de professores.

Palavras-chave: Recontextualização; TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação de Professores.

"Novas tecnologias educacionais", "tecnologias informacionais", "máquinas inteligentes", "artefatos computacionais" codinomes que, no campo da educação, referem-se, a um só tempo, ao ingresso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas e a apropriação por parte de alunos e professores destes tipos de aparatos tecnológicos.

Qual professor ainda não viveu a instalação de um laboratório de informática na escola ou a implementação da disciplina "informática educativa" na universidade ou um curso de capacitação em "novas tecnologias educacionais"? Não discutimos mais se as tecnologias impulsionam ou não uma prática pedagógica sob bases diferenciadas das anteriores. Elas impulsionam. Não apenas no processo da comunicação rápida, que diminui distâncias (impensáveis sem estes instrumentos), mas, especialmente nas alterações provocadas no processo de desenvolvimento do aprendizado dos alunos e na formação e prática docente.

Ao pensar as sociedades contemporâneas é *quase* consensual a certeza de que estas estão atravessando um momento de mutações irreversíveis. É *quase*, pois sabemos da existência de numerosos contingentes de excluídos, no Brasil e no mundo a fora. Por outro lado, acompanhar uma dada formação social que sofre mutações abruptas e radicais tornou-se

um desafio não só para a sociedade brasileira, mas para toda a humanidade. Nessa direção é que este artigo toma o conceito de recontextualização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no campo educacional de Fairclough para compreender a inserção das TIC nos programas governamentais voltados para os professores. Discute o recém lançado programa *Conexão Professor,* da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, como exemplo de ação que reforça o discurso das políticas atuais em relação à inserção das TIC na formação dos professores. Ressalta, ainda, algumas abordagens construídas por Barreto, como os movimentos de expansão e redução que têm sido produzidos na recontextualização das TIC, de forma particular, na formação de professores.

Professor conectado: "Governador do Rio de Janeiro entrega laptops a professores da rede estadual"[1]

Diversas iniciativas e investimentos públicos foram implementados pelo governo nos últimos anos no campo da educação, cujas estratégias propõem democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. Neste contexto de ação *política global* do Ministério da Educação – MEC foi criada a Secretaria de Educação a Distância – SEED, pelo então Ministro, Paulo Renato de Souza, em dezembro de 1995. A Secretaria de Educação a Distância através dos Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE's implantados nos estados tem como principal meta levar à escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar para o sistema público de ensino. Em quase 15 anos de existência a SEED ampliou seus programas e projetos, passando de 4 (quatro) programas, em 1995, para 15 (quinze) programas e projetos em 2009, ligados diretamente a essa Secretaria, conforme disponível no *site.* A SEED atua:

> como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras. [2]

Dentre esses programas, o ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional está "voltado para a introdução da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem e para a

---

[1] Disponível em: <http://www.e-educador.com/index.php/notas-mainmenu-98/1-notas/726/>. Acesso em: setembro de 2008.

[2] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/indexphp?option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356. Acesso em: 18/06/2009

disseminação das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes às redes estadual e municipal" [3]. Esse programa não se destinava no ano de sua criação (nem se destina atualmente) apenas à distribuição de equipamentos, desde seu lançamento pretendia treinar e capacitar professores da rede pública, assim como oferecer técnica de suporte de informática educativa.

Conforme pesquisa sobre "As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores", do Grupo de Pesquisa *Educação e Comunicação* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, coordenado pela professora Raquel Barreto, o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) como um marco no aumento significativo na produção de Teses e Dissertações (T&D) após o período de sua implantação em 1997. Resultados dessa pesquisa foram publicados num artigo[4] na *Revista Brasileira de Educação* como "um recorte do estado do conhecimento em educação e tecnologias" (2006, p.31) produzido a partir da análise de T&D defendidas entre 1996 e 2002.

Segundo as autoras do artigo, foi possível constatar que estudos desse período estavam centrados em programas com a "chancela ministerial (TV ESCOLA e PROINFO)" (2006, p.37), mesmo havendo algumas objeções quanto à caracterização desses programas como sendo de Educação a Distância (EAD), as T&D não abordam e permanecem nas suas análises como EAD. A pesquisa aponta duas trajetórias nas T&D analisadas: uma em que a EAD, tecnicamente estruturada, ou seja, em que haja recursos técnico-didáticos organizados, suportes de informação em que seja veiculado através de diversos meios de comunicação os conteúdos específicos, é capaz de sustentar o desenvolvimento de "programas de capacitação" mais baratos, que atinjam um número maior de formados e qualificados. A outra trajetória oposta,

> parte do pressuposto de que a EAD reduz a FP à capacitação, qualificação, atualização e ao treinamento, sendo, portanto, insatisfatória. As T&D aí agrupadas, em número inferior às da trajetória anterior, tendem a apresentar argumentos políticos em nível macro, como a concepção dos programas de EAD no contexto de uma proposta de "globalização" excludente e do atendimento às exigências do mercado. As conclusões que apresentam dizem respeito ao fato de que, ante as múltiplas dimensões da FP (seja inicial ou continuada), não há como reduzi-la à EAD, explicitando que o alvo deve ser a formação propriamente dita, não reduzida a uma capacitação que, por sua vez, signifique apenas certificação. (BARRETO et al, 2006, p. 38)

---

[3] Portaria nº 522, Diário Oficial, nº 69 de 11 de abril de 1997, MEC – Brasil.Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Portaria nº 522, Diário Oficial, nº 69 de 11 de abril de 1997, MEC – Brasil. Acesso em: julho de 2008.

[4] Barreto, Raquel; Guimarães Gláucia; Magalhães, Ligia & Leher, Elizabeth. As Tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores, *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n. 31. jan/abr. 2006.

Questões como essas, apontadas por educadores e pesquisadores, são apresentadas como sendo fundamentais no Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado), no final de 2007, quando o ProInfo completava dez anos de implantação. O ProInfo Integrado tem como objetivo capacitar cerca de 240 mil professores da rede pública de ensino em todo o Brasil, até o final de 2010, sendo 80 mil até 2008.

Essa direção foi explicitada pelo atual secretário de Educação a Distância do MEC, Carlos Eduardo Bielschowsky, e publicado no *site* Inova Brasil[5] em março de 2008, "o Proinfo Integrado faz parte de um conjunto de ações voltadas para a dinamização da sala de aula", o secretário ainda avalia "que para garantir essa melhoria, é necessário ir além da distribuição de laboratórios de informática, oferecendo cursos aos professores e também conteúdo pedagógico adequado"[6]

É na perspectiva do Proinfo Integrado que se insere o Programa Conexão Professor do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em sua primeira fase, cerca de 50 mil laptops foram distribuídos, até março de 2009, aos professores da rede. Além dos laptops, os professores recebem as aulas em CD- ROM e ao longo do treinamento a distância, o professor pode acessar o site de apoio do projeto (www.conexaoprofessor.rj.gov.br), bem como, há um serviço de *helpdesk* telefônico de suporte da máquina e à realização das provas *online* que serão aplicadas.

Magalhães (2008) diz que há um discurso reducionista e que são apenas promessas governamentais em prol de uma mudança no quadro educacional brasileiro, acrescenta que a:

> expansão de ações e programas do MEC abrange, cada vez mais, todos os níveis de ensino pela via da EAD, sendo justificada, no discurso da democratização do ensino, como forma de "inclusão digital/social". [...] democratizando o acesso, promovendo a eqüidade, favorecendo a autonomia de aprendizagem para a vida, com flexibilidade e custos mais baixos, se inscreve como um discurso reducionista, reforçando a promessa civilizatória de um sucesso que não virá pela simples adição das TIC aos processos educacionais. (MAGALHÃES, 2008, p.118)

De acordo com Barreto (2008), a palavra "tecnologias" tende a soar como uma espécie de *chavemestra* capaz de abrir todos os caminhos e portas. E parece que esta c*havemestra* está inscrita no discurso da secretária de educação, Tereza Porto, ao publicar artigo sobre a intenção maior do Programa *Conexão Professor:*

---

5 Endereço para consulta <http://inovabrasil.blogspot.com.>

6 Disponível:<http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2847>Acesso em julho de 2008.

.

> É familiarizar os professores do Rio com as ferramentas de informática e com a web de forma que estes dispositivos possam servir ao aperfeiçoamento profissional dos mestres e, ainda, serem incorporados de modo complementar aos planos de aula, incrementando os conteúdos já desenvolvidos nas escolas e fomentando a criação de novas atividades com os alunos. Exposições, estudos de caso, leituras orientadas, debates, trabalhos de grupo, simulações, estudos dirigidos, tudo isso pode ser atravessado e melhorado pela tecnologia[7]

Os laptops, defende a Secretária de Educação, serão capazes de alterar e melhorar o cotidiano da sala de aula, assim como os professores terão uma melhora profissional, num passe de mágica. Nesta linha de argumentação, que Barreto & Leher (2005) ressaltam[8] como os:

> modos pelos quais as TIC tem sido incorporadas aos discursos dos organismos internacionais e do MEC, não apenas como instância de aplicação das recomendações feitas pelos primeiros, mas de formulações de políticas. (BARRETO & LEHER, 2005, p. 16).

Ratificando essa afirmação, Pinto *citado por* Barreto & Leher (2003), nos fala que a imagem das TIC está associada a uma carga predominantemente positiva como se nelas residisse a redenção da escola e da educação escolar perante a sociedade. Como vemos nas palavras do atual Governador do Estado "O laptop é para ser utilizado pelo professor para além da sala de aula, ele tem de incorporá-lo à própria vida e à de sua família. Este computador será um bem para todos". [9]

O que nos suscita, mais uma vez, o *poder salvador* atribuído às tecnologias informacionais para além da sala de aula. Nessa direção, Barreto (2008) expõe que há um movimento contraditório de expansão e redução no território de recontextualização das TIC na educação:

> De um lado, a suposição de que as TIC sejam "a solução" para todos os problemas, incluindo os que extrapolam os limites educacionais. De outro, seu uso intensivo está inscrito em estratégias de educação a distância (EaD), em especial para a formação de professores, como proposta de massificação (BARRETO, 2008, p.921)

Não tomo a distribuição de laptops como desnecessária ou inadequada. O que está em jogo é o reconhecimento que ações políticas como essas não são o suficiente, não é somente o acesso as TIC que irá democratizar o ensino, superar os problemas das condições de trabalho

---

[7] Disponível em: < http://www.aliceramos.com/view.asp?materia=1398>. Acessado em setembro de 2008.

[8] Com base no estudo "Tecnologias da informação e da comunicação e educação a distância: o discurso do MEC" (Barreto, 2003)

[9] Disponível em: <http://www.e-educador.com/index.php/notas-mainmenu-98/1-notas/726/>. Acesso em: setembro de 2008.

do professor ou substituir práticas escolares “ditas” inadequadas. Além disso, devemos refletir sobre as implicações de projetos, compreendendo que precisamos reivindicar políticas que

> incorporem tecnologias e suas múltiplas possibilidades para os sujeitos, tendo as interações intersubjetivas como relações indispensáveis. Nesse sentido, é preciso reivindicar a universidade como lócus da formação, visto que é nesse espaço que a docência pode estar aliada à pesquisa, condição para que novas perguntas possam reorientar o fazer docente em uma perspectiva emancipatória. (BARRETO & MAGALHÃES, 2005, p. 22)

Reconheço que pelos próprios limites deste artigo, não apresento uma análise do Programa *Conexão Professor*, suas implicações, seus desdobramentos e sim uma contribuição para a reflexão sobre as TIC em programas governamentais direcionados aos professores. Como não há aqui a pretensão, em nenhum momento, de julgar, defender ou a condenar a presença das TIC no cotidiano escolar e dos professores, sublinho o que já foi comentado por autores como Almeida (1988),

> As discussões sobre informática na educação são provocadas por posições apaixonadas, quase místicas. O educador profissional tem que se posicionar contra ou a favor do seu uso e apontar os seus limites, mas, de qualquer forma, sempre com competência. (ALMEIDA, 1988, p. 10)

O autor ainda afirma que não há respostas rápidas e precisas. A realidade é muito mais complexa do que os meios acadêmicos podem tratar. Mas, sem dúvida, o importante é contribuirmos para o reconhecimento e “superação de condições restritivas, unidirecionais, como o lugar de usuário que recebe *pacotes tecnológicos*.” (BARRETO, 2008, p.931).

TIC como EAD*: Solução para todos os problemas?*

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) foram criadas e desenvolvidas para outros fins que não os educacionais, foram retiradas de seus contextos segundo Bernstein (*citado por* Magalhães, 2008) e, recontextualizadas na educação. Fairclough amplia o conceito e explica que o processo de recontextualização trata-se do deslocamento campo social para outro. Mas não a simples transposição de um campo para o outro, como explicita Barreto (2008), a recontextualização compreende a disseminação de discursos para além das fronteiras de estrutura e de escala. No primeiro caso, trata-se do deslocamento de um campo social para outro: não apenas da comunicação e da informação, mas da lógica dos “negócios” para a educação [...]. Em se tratando de escala, a recontextualização das TIC pode ser dimensionada pelas formulações das organizações “globais” endereçadas aos Estados nacionais, especialmente quando periféricos. Para Fairclough *citado por* Barreto (2008) elucida que esse é um “fenômeno complexo, envolvendo, para além de uma simples

colonização, um processo de apropriação cujas características e resultados dependem das circunstâncias concretas dos diversos contextos".

Contudo, na perspectiva da análise deste artigo e mais especificamente, no discurso que trata o programa estadual *Conexão* Professor, as TIC parecem atuar na corrente do "passe de mágica" e ainda não na direção de proporcionar aos professores o desenvolvimento de uma formação crítica, emancipatória, atuante. Nesse sentido, Guimarães (2004) chama atenção para o caminho adotado pelas políticas governamentais, que visam tornar a escola e o professor mais eficientes, investindo em equipamentos de informática e nos cursos de formação profissional a distância e, segundo o autor, não tem sido feitos investimentos na mesma proporção na formação profissional do professor, o que "criou uma certa estranheza desse profissional em relação aos equipamentos, seja pela falta de habilidades para a sua utilização, pela falta de tempo e condições para lidar com eles[...] (p.34).

Nessa discussão, cabe lembrar, o Sistema Nacional Público de Formação de Profissionais de Magistério, recém lançado pelo governo federal, que pretende formar professores que não possuem graduação e que já estão na sala de aula, assim como os professores leigos. Essa é mais uma iniciativa do governo voltada para a política de formação de professores que utilizará as TIC nesse processo.

Por outro lado, é sempre bom lembrar que não há de se "negar o acesso aos diferentes produtos do trabalho humano, as TIC obviamente incluídas, como condição necessária a qualquer proposta democrática, é preciso reconhecer que o acesso em si não é suficiente" (Barreto, 2008). A autora complementa:

> A apropriação, como horizonte, requer o reconhecimento de fronteira mais complexa, colocando de um lado os que podem até mesmo modificar as aplicações da tecnologia e, de outro, os consumidores de pacotes, limitados a operações tão simples quanto previsíveis. (BARRETO, 2008, p. 931)

Há de se questionar ainda, se se deseja formação de professores em universidades públicas, em cursos avaliados pelas CAPES e reconhecidas como de qualidade pelo Ministro da Educação, por que aceitá-los também a distância? Será que novamente, a ampliação da formação docente estará vinculada ao aumento do número de professores formados, justificativa recorrente no discurso da EAD?

As transformações tecnológicas obrigam os profissionais a promover um debate sobre a prática educacional, na abrangência em curso, como também pelas formas particulares que esses fenômenos se dão em cada segmento constitutivo da sociedade. A difusão desses novos instrumentos determina a "constituição" de indivíduos-aprendizes. Identificados os

“analfabetos digitais”, ou ainda “analfabytes”. Assim como o “divisor digital”, caracterizado por Barreto & Leher (2005), como uma linha divisória que demarca os incluídos e excluídos do acesso às TIC Linha divisória que como um “abismo” tem mobilizado setores da sociedade civil, em diversas iniciativas e investimentos de organizações buscando estratégias para “democratizar” e possibilitar o acesso à informática para aqueles que estão à margem desse processo.

Nesse sentido, cabe aos professores, inseridos neste abismo, entender seus determinantes históricos e, dentre estes, as repercussões das políticas públicas educacionais no desenvolvimento econômico, social e político e, mais especificamente, o discurso das propostas para a formação de professores relacionadas ao domínio das TIC e os significados que uma formação a distância pode provocar. E como afirma Barreto (2008)

> A recontextualização das TIC na política nacional de formação de professores a distância tem sido produzida pela negação das condições históricas da formação e do trabalho docente, sustentando e sendo sustentada pelo discurso da “falta” e pela proposta de preenchimento através de um conjunto multiplicável de novidades (há sempre algo “novo” afirmado como necessariamente positivo) (BARRETO, 2008, p.932).

Ainda na década de 70 do século passado o computador era uma máquina de grande porte, existindo somente em algumas universidades brasileiras. As ações voltadas para o uso da informática na educação começaram a ser tratadas em eventos promovidos pela Universidade Federal de São Carlos e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nestas ocasiões foram discutidas alternativas sobre o uso do computador no ensino da Física e experiências foram realizadas com o computador na prática de ensino e avaliação pedagógica do Curso de Química. Eram, no entanto, práticas isoladas e restritas ao âmbito acadêmico de algumas das Instituições de Ensino Superior (IFES), sem haver uma política governamental de disseminação dos seus resultados para o conjunto destas instituições. O que começou no Brasil nos anos 70 do século XX torna-se, na atualidade, uma exigência aguçada pela urgência no uso destas novas tecnologias, principalmente aquelas que têm impulsionado mudanças nas práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Hoje, a Educação a Distância pensada como política nacional para a formação de professores e programas oficiais de distribuição de computadores portáteis suscita questões importantes a serem tratadas, tais como, a concepção hegemônica de educação que a sustenta. O discurso oficial reafirma a atualidades destas políticas governamentais, quando como o que foi declarado, recentemente, pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, “de nada adiantará o esforço do governo de levar 37 milhões de alunos a ter acesso à internet banda larga se os

professores não forem capacitados para fazer bom uso desse equipamento" (*Site* da Agência Nacional, abril, 2008).

De fato, as diretrizes da política nacional para os professores, pelo Ministério de Educação, não tem apenas uma dimensão pedagógica, mas, sobretudo, resulta de um *intrincado jogo* de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que conformam a disputa de poder na sociedade brasileira em torno da direção a ser dada à formação de uma geração de brasileiros na contemporaneidade. A evidência desses embates está na permanente elaboração de estratégias e proposição de ações políticas, com parâmetros legais em constante mutação, que provocam impactos diretos na (re)estruturação do sistema educacional brasileiro.

Outros pontos valem ser destacados. Um dito por Charlot: a pesquisa deve forjar instrumentos e ferramentas para entender melhor o que está acontecendo na sala de aula e que com todas as diferenças estruturais entre a pesquisa e a sala de aula, a primeira, "teve efeitos na sala de aula ou, ao menos, já teve efeitos no discurso dos professores" (2002, p. 92), o que ratifica a importância da multiplicação do esforço investigativo e propositivo.

Outro, aquele que se coloca na relação orgânica das práticas educativas que dizem respeito às metamorfoses nos processos de trabalho e nos processos comunicacionais diretamente produtivos, que vem exigindo do sistema educacional, novos aportes e novas competências, novas habilidades, novos conhecimentos e novos saberes...mas estes ficam para outro momento.

Referências

ALMEIDA, F. J. de. *Educação e Informática: os computadores na escola*. São Paulo: Cortez:, 1988.

BARRETO, Raquel Goulart & LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. *Imagens: a questão do sentido hegemônico* In: ALVES, Nilda; BARRETO, Raquel Goulart & OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Orgs.). *Pesquisa em Educação: Métodos Temas e Linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

_____ et al. *As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores. Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, v. 11, n. 31. jan/abr. 2006

_____ *As Tecnologias na Política Nacional de Formação de Professores A distância: entre a expansão e redução. Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 919-937, out. 2008

Falta capacitação de professores em programas federais de inclusão digital, diz coordenador Disponível em: http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/falta-capacitacao-de-professores-em-programas-federais-de-inclusao-digital-diz-coordenador/ Acesso em: setembro de 2008. Ú**ltima modificação 14/06/2007.**

Governador do Rio de Janeiro entrega laptops a professores da rede estadual Disponível em: http://www.e-educador.com/index.php/notas-mainmenu-98/1-notas/726-governador-do-rio-de-janeiro-entrega-laptops-a-professores-da-rede-estadual. Acesso em: 13/06/2009

GUIMARÃES, V. S. *Formação de professores: saberes, identidades e profissão.* Campinas, SP: Papirus, 2004

MAGALHÃES, Ligia Karam Corrêa de; *Formação e trabalho docente:os sentidos atribuídos às tecnologias da informação e da comunicação* [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação: 2008

PORTARIA Nº 522, Diário Oficial, nº 69 de 11 de abril de 1997, MEC – Brasil.Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Portaria nº 522, Diário Oficial, nº 69 de 11 de abril de 1997, MEC – Brasil. Acesso em: julho de 2008.
<http://inovabrasil.blogspot.com.>

PORTO, Tereza *Mais sobre a Educação para a Sociedade do Conhecimento.*Disponível em: <http://www.aliceramos.com/view.asp?materia=1398>. Acessado em setembro de 2008. defesa em dez/2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/indexphp?Option=com_content&view=article&id=289&Itemid=356. Acesso em: 18/06/2009.